

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.797.293 - RJ (2019/0050797-8)

**RELATOR** : MINISTRO OG FERNANDES  
**RECORRENTE** : ENI REIS DA SILVA  
**ADVOGADO** : EDUARDO DE SOUZA GOUVÊA E OUTRO(S) - RJ067378  
**RECORRIDO** : FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PROCURADOR** : BIANCA CAMARINHA DOMINGUEZ E OUTRO(S) - RJ144744

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE ESTABELECEU CRITÉRIOS DE CÁLCULOS À CONTADORIA. ART. 1.015 DO CPC. TAXATIVIDADE MITIGADA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PROCESSO DE CONHECIMENTO. INAPLICABILIDADE DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1.015 DO CPC.

1. Cinge-se a controvérsia a saber se é cabível o agravo de instrumento contra decisão interlocutória, proferida em embargos à execução, que estabeleceu os parâmetros para o cálculo do crédito a ser realizado pela contadoria.
2. Este Tribunal Superior definiu, por sua Corte Especial, a seguinte tese repetitiva no Tema 988/STJ: "O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação."
3. Na espécie, não há se falar em urgência, tampouco em inutilidade do julgamento da questão em apelação, uma vez, caso as instâncias *ad quem* não ratifiquem os critérios adotados pelo Juízo de primeiro grau, basta a confecção de novos cálculos.
4. Por outro lado, também não subsiste a tese segundo a qual a decisão seria recorrível de imediato por ter sido proferida em execução ou cumprimento de sentença. Isso porque, o processo de embargos à execução é ação de conhecimento incidental à execução, de modo que a ele se aplica o regime da taxatividade mitigada e não o disposto no parágrafo único do art. 1.015 do CPC/2015. Precedentes.
5. Não há, na hipótese, nenhum prejuízo à parte pelo não conhecimento do agravo de instrumento interposto na origem, haja vista que as questões nele tratadas podem ser suscitadas em eventual apelação ou contrarrazões, conforme consignado no acórdão recorrido.
6. Recurso especial a que se nega provimento.

### ACÓRDÃO

# *Superior Tribunal de Justiça*

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator

